

## PARECER/DECISÃO ADMINISTRATIVA

**Processo Licitatório.:** 113/2022

**Pregão Eletrônico nº.:** 021/2022

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados ao programa vigilância em saúde, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.

### I - RELATÓRIO

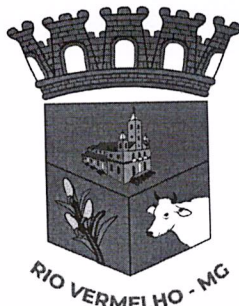
Trata-se de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, formulada pela empresa INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, alegando, numa breve síntese, que o edital necessita ser retificado vez que limitaria a participação de empresas interessadas, notadamente as características apresentadas no item 13 do Edital, qual seja DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO PORTÁTIL CARDÍACO (DEA) AO MODELO LIFE 400 FUTURA.

*Alega que ao mencionar a marca "note que o administrador público direciona o certame a um único fabricante, sendo que no mercado existem inúmeros equipamentos que atendem a finalidade do objeto do certame. Fato este que impede a competitividade de diversos licitantes neste processo licitatório."*

Em epítome, é o necessário a relatar. Passo a decidir.

### III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Importa-nos, inicialmente, esclarecer que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades



competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

A Administração Pública, em observância ao disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, deve garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, em observância aos princípios básicos descritos na mencionada lei.

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).*

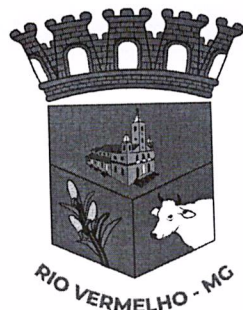
*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)."*

A seleção de proposta mais vantajosa, citada no Art. 3º, reforça o poder discricionário do agente público quanto caracteriza o equipamento adequado às necessidades do serviço público. Não é uma faculdade descrever corretamente a máquina pretendida pela Administração e sim um dever previsto no Art. 14 da Lei 8666/93, Vejamos:

*Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.*





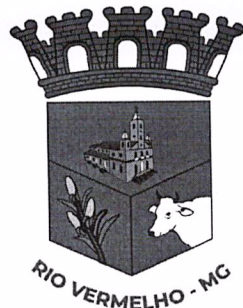
A administração quando da elaboração do instrumento convocatório, segue uma ordem distribuída e conjugada de atos, cujo objetivo é atender de modo racional, adequado a demanda do município, fato este que foi plenamente atendido no presente pregão eletrônico 113/2022.

Ademais, no que tange a suposta irregularidade apontada, não há que se falar em cerceamento à competitividade do certame, haja vista que de maneira expressa o edital preconiza:

2.1.3. Não serão aceitos equipamentos com especificações divergentes das constantes deste Termo de Referência;  
OBS: Nas indicações técnicas abaixo descritas, a **eventual referência de nomes e ou marcas devem ser interpretados apenas como modelos técnicos de similaridade para as propostas a serem feitas.** Os modelos técnicos indicados servem para definir a incorporação técnica conhecida e por isso levada à referencial para esta licitação não violando ao Princípio da Isonomia, **podendo o licitante apresentar proposta cotando o produto de forma similar, superior ou equivalente.** e a contratação da proposta mais vantajosa pela Administração Pública, o que enseja a nulidade da licitação efetivada. (grifos nossos)

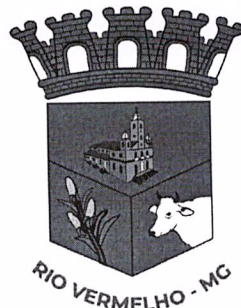
Basta uma leitura mais atenta do Edital para asseverar que ao mencionar uma determinada marca a Administração Pública Municipal está a facilitar a descrição do produto, de modo que satisfaçam seus interesses de acordo com suas necessidades, ao menor custo possível. Não há qualquer determinação quanto a obrigatoriedade da marca referenciada, tão somente que o produto seja fornecimento em condições similares, superior ou equivalente a mesma.

Nesse sentido, posicionou-se o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em entendimento consolidado nos seguintes termos: já consolidou Licitação. Adesão à Ata de Registro de Preços. Viabilidade e economicidade. Projeto Básico e Termo de Referência. **Indicação de marca.** A adesão à Ata de Registro de Preços deve ser



precedida de estudo que demonstre a eficiência, a viabilidade e a economicidade para o órgão "carona", que deve demonstrar à adequação à sua realidade, justificando que o preço a ser contratado está compatível com o mercado, demonstrando a vantajosidade da contratação frente a realização de outro procedimento licitatório. 2) Nas licitações Básico para execução de obras e prestação de serviços é necessária a elaboração de Projeto Básico, demonstrar a viabilidade e a conveniência de sua execução. 3) O Projeto Básico pode ser substituído, em determinadas situações, pelo Termo de Referência, o qual deve conter os elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela Administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva. 4) O Termo de Referência deve observar a especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação de marca, **permitindo-se apenas a menção à marca de referência, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, sendo, nesse caso, imprescindível acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.** (REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA). Relator: ISAIAS LOPES DA CUNHA. Acórdão 358/2020 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 29/09/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em. Processo 83810/2019).(grifos nossos)





Verifica-se, portanto, que a inserção da marca do produto tem por escopo facilitar a descrição do objeto. Assim, a Administração Pública Municipal pode exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada. O equipamento com as características mínimas postas no edital pode ser atendido por inúmeros fornecedores de inúmeras marcas. O ente público define o objeto do certame de acordo com suas necessidades.

### III - DISPOSITIVO

**Ex positis**, manifestamos no sentido de que se deve manter as características do item 13 no edital de Pregão Eletrônico nº 021/2022, visto que atende o interesse público, com o recebimento da impugnação formulada pela empresa INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, uma vez tempestiva, para no mérito não acatar as razões esposadas e pelo prosseguimento do certame licitatório.

Ao Setor competente, proceda com as formalidades legais.

Rio Vermelho (MG), 22 (vinte e dois) de novembro de 2022.

**Átila Carvalhais Simões**

OAB/MG n.º: 106.671